

ATUAÇÃO DOS TRADUTORES INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO REMOTO

EL PAPEL DE LOS INTÉRPRETES TRADUCTORES DE LIBRAS EN LA EDUCACIÓN REMOTA

Márcia Cristina Florêncio Fernandes Moret¹
João Guilherme Rodrigues Mendonça²

RESUMO: Devido o surto do Corona vírus (Covid-19) e a necessidade de isolamento social, no ano de 2020 a educação migrou da modalidade presencial para modalidade remota, cenário este, que se estende até os dias atuais. Pensando na educação de surdos, essa migração traz algumas inquietações, logo precisamos pensar nas possíveis implicações que essa modalidade de ensino pode acarretar para o processo formativo dos alunos surdos. Partindo dessa premissa, a pesquisa traz como problemática as seguintes indagações: quais dificuldades vêm sendo encontradas por docentes e estudantes surdos(as), como vem ocorrendo o processo formativo desse público, a inclusão e acessibilidade vem sendo viabilizada e ainda, os estudantes estão tendo acompanhamento dos TILS (Tradutor intérprete de Libras) durante o ensino remoto? Para aporte dessas reflexões, apresentamos referencial teórico e experiências empíricas que nos remete a pensar sob a óptica do(a) aluno(a), assim o objetivo geral é conduzir os leitores a reflexão e a realização da analogia das dificuldades enfrentadas pelos surdos no processo de ensino e aprendizagem, principalmente nesse momento de tantas incertezas e medos causado pela pandemia e o isolamento social. Ao falarmos em educação de surdos, precisamos destacar a importância da parceria e atuação dos tradutores intérpretes de Libras, pois são fundamentais no processo educacional, haja vista, que esse profissional é o elo de transmissão do conhecimento entre docentes e alunos. Essa transmissão ocorre quando realiza a tradução da fala do(a) professor(a) que são usuários da língua portuguesa para a língua materna do receptor (Libras). Vale destacar que diante desse atual cenário educacional, houve um aumento significativo de eventos e atividades acadêmicas como: *lives*, palestras, fórum, seminários e outros, todos visando melhoria no processo formativos dos alunos. Todavia, precisamos pensar se esses conteúdos também estão sendo acessíveis aos alunos surdos, uma vez que os TILS estão atuando com mais demandas institucionais. Destaca-se que todo processo formativo do aluno surdo precisa ocorrer com integração ao trabalho desse profissional, pois segundo Rocha (2019, p.136) os estudantes surdos acessam os conteúdos orais por meio dos serviços de tradução e interpretação [...] e a ausência desses profissionais pode significar o não acesso aos conteúdos, práticas e serviços institucionais. Desse modo, o processo formativo do aluno surdo deve ser pensado dentro de suas especificidades, promovendo equidade educacional nessa nova modalidade de ensino.

Palavras-chave: Surdos. Educação. Tradutor Intérprete de Libras.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Escolar (PPGEEPROF) - Doutorado Profissional em Educação Escolar. Mestra em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR, Especialista em Tradução e Interpretação da LIBRAS pela Faculdade Santo André – FASA e Educação Especial Inclusiva pela Universidade Norte do Paraná- UNOPAR, Licenciada em Pedagogia – Habilitação em Magistério das Séries Iniciais e Orientação Educacional pela Faculdade de Educação de Jaru – UNICENTRO. Tradutora Intérprete de Linguagem de Sinais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia –IFRO e professora de Graduação e Pós Graduação da Faculdade de Educação de Jaru FIMCA/UNICENTRO. E-mail:marcia.moret@ifro.edu.br

² Pós-doutor em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); Doutor em Educação Escolar pela Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara (UNESP). Mestre em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Especialista em Gestão Escolar e Psicomotricidade. Graduado em Educação Física pela Escola de Educação Física de Volta Redonda e em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Atualmente é docente no Mestrado Profissional em Educação Escolar e no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Infantil/UNIR. Membro do Grupo de estudos do desenvolvimento e da cultura corporal - UNIR e do Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX) – UNESP. E-mail: jgromendonca@unir.br

Resumen: Debido al brote del virus Corona (Covid-19) y a la necesidad de aislamiento social, en 2020 la educación migró de la modalidad presencial a la remota, un escenario que se extiende hasta el día de hoy. Pensando en la educación de sordos, esta migración trae algunas preocupaciones, por lo que hay que pensar en las posibles implicaciones que este tipo de educación puede aportar al proceso formativo de los alumnos sordos. Partiendo de esta premisa, la investigación trae como problemática las siguientes preguntas: ¿Qué dificultades han encontrado los profesores y los alumnos sordos estudiantes sordos? ¿Cómo ha venido ocurriendo el proceso formativo de este público, la inclusión y la accesibilidad se han hecho posibles? y, además, ¿Los estudiantes están teniendo un seguimiento de TILS (traductor-intérprete intérprete de Libras) durante la educación a distancia? Para colaborar con estas reflexiones, presentamos el marco teórico y experiencias empíricas que nos llevan a pensar desde el punto de vista del alumno. Así, el objetivo principal es conducir a los lectores a la reflexión y a realizar la analogía de las dificultades encontradas por los sordos en el proceso de enseñanza y aprendizaje, principalmente en este momento de tantas dudas y temores causados por la pandemia y el aislamiento social. Al hablar de educación de sordos necesitamos destacar la importancia de la colaboración y actuación de los intérpretes traductores de Libras, pues son fundamentales en el proceso educacional, visto que este profesional es el eslabón de transmisión de conocimientos entre profesores y alumnos. Esta transmisión se produce cuando se realiza la traducción del discurso del profesor (a) que son practicantes de la lengua portuguesa a la lengua materna del receptor (Libras). Cabe destacar que en este escenario educativo actual, hubo un aumento significativo de eventos y actividades académicas como: presentaciones en vivo, conferencias, foros, seminarios y otros, todos ellos dirigidos a la mejora en el proceso formativo de los alumnos. Sin embargo, hay que pensar si estos contenidos también son accesibles para los estudiantes sordos, ya que los TILS actúan con más exigencias institucionales. Cabe destacar que todo el proceso formativo del alumno sordo debe producirse con integración al trabajo de este profesional, ya que según Rocha (2019, p.136) los estudiantes sordos entran al contenido oral a través de los servicios de traducción e interpretación [...] y la ausencia de estos profesionales puede significar no tener acceso a los contenidos, prácticas y servicios institucionales. Así, el proceso educativo del alumno sordo debe ser pensado dentro de sus especificidades, promover la equidad educativa en este nuevo tipo de educación.

Palabras-clave: Sordos. Educación. Intérprete traductores de Libras.

1 Introdução

Diante do atual cenário epidemiológico mundial, causado pelo surto do Corona Vírus (Covid-19), e da necessidade de isolamento social, a educação migrou para as telas dos computadores e celulares e o ensino passou a ser remoto e virtual. Essa alternativa, foi pensada para que não houvessem prejuízos no processo educacional, dando seguimento aos calendários acadêmicos no ano 2020 e que se estende até os dias atuais.

Pensando nessa nova modalidade de ensino, algumas inquietações nos cercam quando falamos na educação de surdos(as). Assim, apresenta-se como problema de pesquisa as seguintes indagações: quais dificuldades vêm sendo encontradas por docentes e estudantes surdos(as), como vem ocorrendo o processo formativo desse público, a inclusão e acessibilidade vem sendo viabilizada e ainda, os

estudantes estão tendo acompanhamento dos TILS durante o ensino remoto? Essas indagações, justificam a necessidade da pesquisa.

Esse trabalho traz como aporte para tais reflexões, referências bibliográficas e experiências empíricas, nos remetendo a pensar sob a óptica do(a) aluno(a). Nesse sentido o objetivo geral é conduzir os leitores a reflexão e analogia das dificuldades enfrentadas pelos surdos no processo de ensino e aprendizagem e no nosso papel social dos educadores, principalmente nesse momento de tantas incertezas e medo causado pela pandemia e o isolamento social. Assim, viabilizar melhorias no processo educacional e intercultural dos sujeitos surdos.

A temática abordada, é de grande relevância haja vista que os impactos refletem em todo o sistema educacional, pois houve uma mudança de cenário e contexto na qual ninguém esperava ou estava preparado. Desse modo, os impactos e prejuízos só poderão ser mensurados no retorno das aulas presenciais, quando todo o caos pandêmico for normalizado e os alunos retornarem aos bancos da escola.

Sabemos que nesse processo de migração, a educação perdeu muito a qualidade e nem todos os alunos estão conseguindo aprender nessa modalidade, uns por ter não condições socioeconômicas e ferramentas tecnológicas, outros por falta de habilidades para otimizar o processo de ensino e aprendizagem de forma remota e outros devido sua deficiência ou limitação.

Partindo dessa premissa, quando falamos em educação inclusiva, especificamente os alunos surdos, precisamos de um olhar mais sensível, pois sabemos das dificuldades enfrentadas por eles nesse processo.

Vemos acontecer uma oferta de educação igualitária, mesmo tendo públicos distintos como é o caso dos alunos surdos que possuem cultura e identidade própria. Desse modo, destacamos a necessidade de novos olhares sob a ótica do aluno, sob a perspectiva inclusiva, sob a necessidade de novas práticas, novos conhecimentos e ainda sobre o “papel social” do educador.

Andrade (2019, p.123), afirma o educador social, precisa “[...]primeiro acreditar na capacidade dos educandos que possuem um grande potencial de aprendizado e conhecimento adquiridos nos espaços de sociabilidade, lhes faltando oportunidades concretas”.

Sabe-se que o(a) aluno(a) surdo(a) possui singularidades e necessidades específicas para sua inclusão no processo formativo, algumas ações precisam ser

repensadas e viabilizadas, oportunizando assim seu acesso à educação. A exemplo disso, nessa modalidade de ensino remoto, houve um aumento significativo de eventos institucionais como: *lives*, palestras, fórum, seminários e outros eventos on-line que objetivam levar mais conhecimento e participação aos alunos. No entanto é preciso pensar na acessibilidade comunicacional dos sujeitos surdos, pensar se todos os eventos propostos estão sendo acessíveis a eles.

Quando destacamos o aumento desses eventos acadêmicos/escolares, destacamos sua importância no processo formativo dos alunos (as), todavia, é preciso pensar que esse aumento só terá sentido para o(a) surdo(a) se houver a tradução/interpretação em Libras, logo, o acesso desses(as) alunos(as) ao conteúdo transmitido. Vale destacar que a acessibilidade comunicacional e a informação devem ocorrer nas duas modalidades de ensino, no entanto devido a esse aumento de conteúdos produzidos na pandemia, vemos eventos serem transmitidos sem a acessibilidade em Libras.

Destacamos ainda um importante ponto, quando falamos na acessibilidade, pois sabemos que nem todos os nossos alunos possuem acesso às tecnologias e internet, tendo assim limitações. Muitos alunos(as) vivem em estado de pobreza e nem sempre possui acesso a esses recursos. Sabemos que a pobreza é um fator de exclusão social, e quanto aliada a algum tipo de deficiência, essa exclusão ainda é mais potencializada.

No que tange as crianças surdas, em situação de pobreza e risco, esse acesso à educação ultrapassa questões de busca por igualdade social, pois existem diversos enfrentamentos como: exclusão, dificuldades no processo ensino e aprendizagem, falta de recursos, formação de professores e outros.

2 Desenvolvimento

A inclusão escolar requer mudanças de comportamento, de ótica e da própria prática educativa, para isso é preciso um novo olhar sobre o foco de aprendizagem, um novo entendimento sobre o ato de educar. Para Severino (2006, p.621) “[...] ninguém nasce pronto é preciso adaptações rotineiras no ambiente e condições para sua formação”. Assim, pode-se afirmar que para que haja a inclusão é necessário

estratégias facilitadoras, como: incentivo, interação entre alunos e professores, aceitação, materiais didáticos, formação de professores e principalmente ajuda mútua.

A educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado nos direitos humanos e defende os alunos de forma igualitária, onde todos tenham uma educação de qualidade. Todavia, quando falamos em uma educação igualitária e de qualidade não significa oferta-la da mesma maneira a públicos distintos, deve ser oportunizado a todos o acesso ao aprendizado de acordo com as suas necessidades, assim, dar equidade ao processo de ensino e aprendizagem.

Nessa visão, o processo educacional deve respeitar a diversidade e proporcionar a todos os alunos: condições, incentivo e sobretudo adaptações, devendo a educação ser pautada na visão dos direitos humanos, que tem como conceito a cidadania fundamentada no reconhecimento das diferenças, que significa respeitar o próximo conforme a sua deficiência ou necessidade.

Baseados na perspectiva de inclusão e diversidade, destacamos que surdez está inserida nesse contexto do multiculturalismo. Assim, Candau (2008, p. 54) corrobora com essa discussão ao afirmar que o desenvolvimento de uma educação intercultural é uma questão complexa, atravessada por tensões e desafios. Exige problematizar diferentes elementos do modo como hoje, em geral, concebemos nossas práticas educativas e sociais. Para ela, as relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical. Portanto, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e ir contra hegemônica construção social, política e educacional. Assim, a própria autora traz que “[...] as relações entre educação e cultura nos provocam a situar-nos diante das questões colocadas hoje pelo multiculturalismo no âmbito planetário e de cada uma das realidades nacionais e locais em que vivemos” (CANDAU, 2008, p.17).

Quando falamos na educação de surdos, é imprescindível destacar a relevância do trabalho dos Tradutores (as) Intérpretes de Língua de Sinais (TILS), pois a acessibilidade e inclusão da pessoa surda só ocorrerá quando houver o trabalho desse profissional. Frisamos ainda que deve haver sempre a parceria entre professores e tradutores (as) intérpretes de Língua de Sinais (TILS), pois segundo Rocha (2019, p.136):

Os estudantes surdos acessam os conteúdos orais por meio dos serviços de tradução e interpretação, porém, não se trata de apenas de um contato temporário [...], a relação entre TILS e estudantes surdos é prolongada, cotidiana, face-a-face e a sua ausência desses profissionais pode significar o não acesso aos conteúdos, práticas e serviços institucionais.

Nesse contexto, o(a) tradutor(a) intérprete é o elo de transmissão do conhecimento entre docentes e alunos(as). Essa transmissão ocorre quando fazem a tradução da fala do(a) professor(a) que são usuários da língua portuguesa para a língua materna do receptor (Libras).

Esse profissional, de modo algum substitui o(a) docente, ele irá promover o rompimento de barreiras comunicacionais, existentes entre professor e aluno.

O(a) professor(a) por sua vez, precisa manter o contato com o(a) aluno(a) surdo(a), pois a responsabilidade de ensinar é dele. Desse modo, é preciso que tenha conhecimento sobre as diferenças linguísticas e culturais de seus alunos e assim acompanhar seu processo formativo.

Partindo dessa premissa, reafirmamos a importância da parceria entre os profissionais envolvidos da educação de surdos, pois ambos objetivam os mesmos resultados que é oferecer uma educação de qualidade aos alunos.

Quando falamos na parceria que deve existir, destacamos: o acesso aos conteúdos com antecedência, na discussão e esclarecimentos de dúvidas, no apoio e preparação dos materiais da aula, na troca de experiências, no feedback do processo de ensino e aprendizagem e outros.

Vale ressaltar, que durante o processo educacional existem momentos que apenas os(as) TILS terão acesso a demandas e especificidades dos (as) estudantes surdos(as) e será o(a) único(a) capaz de solicitar ajuda e mediar o atendimento a eles, seja ele educacional, psicológico ou outros.

Desse modo, o(a) professor(a) deve construir um plano de ensino, que se comprometa na mudança da realidade desse aluno, que respeite a aprendizagem nos diferentes ritmos, que promova estratégias e metodologias ativas, viabilizando ao aluno surdo protagonismo durante o processo de ensino e aprendizagem. Sendo o(a) principal responsável pela adaptação do(a) aluno(a) na escola, pois ele(a) é quem vai possibilitar a acessibilidade na classe regular.

Sabemos das dificuldades e falta de formação de alguns professores quando o assunto é inclusão, no entanto é preciso frisar que as dificuldades podem ser

superadas através dessa parceria com o tradutor(a) intérprete, pois o mesmo dará o suporte em todo o processo formativo do aluno(a).

O(a) profissional tradutor(a) intérprete deve traduzir não só para o(a) aluno(a), mas também para os(as) professores(as) que não sabem Libras. Exemplo disso, a correção de tarefas e provas deve ser acompanhada por esse profissional, sabendo que para as pessoas surdas a língua portuguesa é um sistema linguístico que geralmente não dominam.

Desse modo, devemos pensar na educação ofertada na modalidade remota e se está sendo possível e viável aos alunos surdos, uma vez que o contato com seus pares é de fundamental importância para seu desenvolvimento. Destacamos ainda, a importância do contato com os tradutores intérprete nas atividades acadêmicas e sociais, logo, nos remete a pensar nos possíveis prejuízos que essa modalidade de ensino acarretará aos surdos.

Com o isolamento social, o contato com os intérpretes vem ocorrendo remotamente, via: vídeo chamada ou reuniões pela plataforma *google meet*, conseqüentemente nem todas as atividades acadêmicas são acompanhadas por esse profissional. Logo, os alunos surdos acabam tendo prejuízos em seu processo formativo, pois existe a dificuldade com a língua portuguesa e a limitação auditiva que os impedem de buscar ou acessar vídeos explicativos complementares no *youtube* por exemplo.

Pensando nisso, é preciso que essa educação seja repensada cuidadosamente, analisando como é possível melhorar o acesso desses alunos, quais tecnologias podem ser utilizadas e ainda como dar o suporte necessário para que não tenham prejuízos no processo formativo.

Sabemos que os tradutores interpretes estão sobrecarregados com tantas atividades e que o ensino remoto demanda muito trabalho, pois precisam gravar as aulas e materiais complementares de explicação de conteúdos, realizar atendimento para suporte de explicações e dúvidas, ajudar nas resoluções de trabalhos e atividades, e ainda atender as demais demandas institucionais como palestras, seminários e outros.

Essas atividades demandam um quantitativo suficiente de tradutores intérpretes, o que nem sempre é possível em todas as instituições de ensino. Logo,

não havendo o quantitativo suficiente para esse atendimento, nem todas as atividades acadêmicas poderão ser contempladas, deixando assim o surdo prejudicado.

Outro importante passo, é a preparação de aulas e materiais, com o uso imagens, fazendo a conexão com o conteúdo e respeitando a cultura espaço-visual desse sujeito.

O trabalho com as tecnologias, também é de grande relevância para o ato de ensinar, isso porque potencializa o interesse dos(as) alunos(as) e viabiliza buscas e pesquisas de novos conhecimentos.

Nesse momento de grande uso das redes, pensar na educação sem aliá-la a tecnologias é impossível e quando falamos na educação das pessoas surdas, o cuidado com a acessibilidade comunicacional deve ser priorizado. Um exemplo disso: durante qualquer aula ou explicação de conteúdos seja assíncrona ou síncrona, deve ocorrer a participação do(a) intérprete de Libras; as atividades propostas devem ser conduzidas pensando nas diferenças linguísticas e culturais, as avaliações devem contar também como o apoio dos(as) TILS, reuniões/palestras e outros eventos disponibilizados pelas plataformas como: *meet* e *zoom*, também devem ter o apoio de interpretação. É preciso pensar em todos os momentos de aprendizagem e dar acesso a toda programação institucional e acadêmica, o(a) aluno(a) surdo(a) não pode ser excluído(a).

Quando falamos nesse trabalho de tradução de uma língua majoritária para uma minoritária, sabe-se que muitas vezes é ofertado e cobrado do(a) aluno(a) surdo(a) a mesma competência e destreza que possui o(a) aluno(a) ouvinte, sobre a língua portuguesa. Porém deve-se ressaltar que o(a) aluno(a) surdo(a) não é dominante da mesma e que possui sua língua materna – Libras (L1) já reconhecida pela Lei 10.436/02.

A referida Lei destaca que a Libras não substituirá a modalidade língua escrita da língua portuguesa, todavia o meio de comunicação é a sinalização, assim para domínio da escrita torna-se necessário o ensino da língua com estratégias de ensino bilíngue.

Cabe ainda um adendo quanto as diferenças linguísticas e culturais desse grupo minoritário, pois diverge do modelo homogêneo das práticas e discursos geralmente valorizados. Portanto, “[...] o diálogo e uma postura receptiva aos

conhecimentos tradicionais desse grupo poderia ser o primeiro passo para efetivar o processo de interculturalidade e valorização da diversidade” (ROCHA, 2019, p.135).

Desta forma, tornar acessível a educação desses alunos, significa conhecer as duas línguas, saber as diferenças gramática e linguísticas e ainda respeitar sua cultura e identidade.

Nossa identidade é formada pela fusão de elementos de diversos sistemas culturais e esse entendimento deveria ajudar a considerar os valores e instrumentos da cultura surda, mas a grande preocupação é que o(a) surdo(a) é cobrado(a) nas pautas culturais ouvintes e isso nos leva a refletir sobre a educação em nosso País, principalmente na educação básica, onde a língua portuguesa deve ser ensinada e cobrada como segunda língua – L2, pautando-se na educação bilíngue. O problema é que a prática da teoria bilíngue nas escolas regulares ainda não é comum, o que leva muitos profissionais a defender a ideia equivocada sobre a escolarização desses sujeitos.

O bilinguismo é a proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar [...] essa proposta é apontada como a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como a língua natural e parte do pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, p.27).

Portanto, devemos pensar que a escola tem a responsabilidade de se adaptar à nova realidade, de repensar suas práticas e levar o conhecimento a todos os seus alunos(as), independente da sua deficiência ou limitação.

A escola deve ser pensada como um espaço atrativo, que proporcione alegria aos alunos(as), lhes oferecendo oportunidade de acesso ao processo formativo de cidadãos críticos, capazes de atuar na sociedade e exercer seus direitos e deveres.

Sassaki (2002, p.5) afirma que na filosofia da inclusão “[...] a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros e o desenvolvimento dos deficientes por meio da educação deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito”.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas devem reconhecer e perceber a

importância de se trabalhar com as diferenças linguísticas, de gênero, de etnias, sociais e tantas outras. Tais diversidades enriquecem o currículo escolar contribuindo para a formação de sujeitos altruístas e conseqüentemente de uma sociedade mais humanitária, justa e resiliente. [...]. (MENEZES; SANTOS, 2001.p. 3).

Desse modo, frisamos que a escola deve ser pensada para todos e todas, voltada para os valores humanos, o que significa dizer que a escola deve se adequar para atender à necessidade do estudante, permitindo uma transformação social, acreditando nas diferentes possibilidades e nos diferentes caminhos que cada um traça para a construção da aprendizagem, que possibilite a convivência e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

3 Conclusão

Percebe-se ao longo das discussões que os(as) surdos(as) vivem constante em luta por seus direitos, por seu espaço social e por uma educação de qualidade e baseada na proposta bilíngue.

Elencamos, pontos relevantes para reflexão quanto as práticas para melhoria da vida acadêmica dos(as) surdos(as) mediante ao novo cenário educacional causado pela pandemia, pontos que auxiliam na redução dos impactos do processo de ensino e aprendizagem.

Percebemos que a educação de surdos(as) precisa ser repensada, tendo em vista a assegurar a inclusão e acessibilidade desses sujeitos e lhes oferecer mais qualidade no ensino.

Devemos pensar na nossa responsabilidade enquanto educadores e abrir portas que jamais seriam abertas a esses sujeitos, oferecendo-lhes oportunidades, equidade educacional e acima de tudo respeito e valorização a sua cultura, identidade e língua.

Vimos as dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas no processo educacional, uma vez que o ensino é pautado em uma língua majoritária, onde é oferecida a mesma educação à sujeitos com culturas e identidades distintas. Cabe então ressaltar a importância de um novo olhar sobre a inclusão, sobre a relevância de um trabalho em equipe entre o(a) professor(a) e tradutor(a) intérprete de Libras.

Trabalho que apoiará o desenvolvimento dos alunos(as) e viabilizará oportunidades de acesso e êxito educacional.

Assim, é necessário buscar novas estratégias, ferramentas, tecnologias, reestruturação nos currículos e metodologias de ensino que facilitarão o desenvolvimento dos(as) surdos(as) e que oportunizará de fato a inclusão e a acessibilidade.

Considerando todas as afirmativas sobre bilinguismo, podemos afirmar que está proposta deve ser de fato implantada nas escolas durante o processo de ensino e aprendizagem das pessoas surdas, pois será a única capaz de minimizar os fracassos escolares e garantir que os(as) mesmos(as) tenham oportunidade de se desenvolver, tanto no cognitivo quanto nas suas relações sociais.

Para tanto, o presente trabalho objetivou trazer a reflexão e fazer a analogia das dificuldades enfrentadas pelos surdos no processo de ensino/aprendizagem principalmente nesse momento de tantas incertezas e medos caudado pela pandemia e seu isolamento social, mostrando os comprometimentos na educação e buscando o respeito às diferenças culturais desse grupo minoritário.

Referências

ANDRADE, Fábio Santos de. **Crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil: táticas de sobrevivência e ocupação do espaço público urbano**. 1º ed. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.436/2002, 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso: em 22 jul 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626/2005, 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 22 jul 2021.

CANDAU, V.M; MOREIRA, A.F. **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed.: Editora Vozes, Petrópolis, 2008.

MENEZES, E.T; SANTOS, T.H dos. **Verbetes Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 07 ago 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Paradigma da Inclusão e suas implicações educacionais**. Revista Fórum, 2002. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/1129>. Acesso em 07 ago 2021.

QUADROS, R. M. & PERLIN, G. **Estudos de Surdos II** (org.): Arara Azul, Rio de Janeiro, Petrópolis, 2007.

QUADROS, R. M. de Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. **Estudantes Surdos como Minoria Linguística no Ensino Superior: reflexões sobre especificidades**. 2019. In: MIRANDA, D; FREITAS, L. Educação de Surdos: Possibilidade e Desafios. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006.